

# A FÔRÇA INTERAMERICANA DE PAZ NA REPÚBLICA DOMINICANA

## PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA (FAIBRÁS)

Cel Inf (QEME)  
CARLOS DE MEIRA MATTOS

### 1 — Fundamentos Históricos e Diplomáticos da Segurança Coletiva no Continente Americano

A idéia de segurança coletiva na América teve o seu primeiro lampejo quando o diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão, irmão do padre-voador Bartolomeu de Gusmão, a serviço do Rei D. João V de Portugal, incluiu no Tratado de Madrid (1750), por êle concebido e negociado, como o prova exaustivamente o historiador luso Jaime Cortesão, um artigo (o de n. 21) no qual Portugal e Espanha concordam que “a Guerra que se chegasse a romper entre as duas coroas, se manterão em paz os vassallos de ambas, estabelecidos em tôda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvesse tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com seus aliados. Mais tarde, Simón Bolívar, em 1822, propôs, em Carta dirigida aos governos latino-americanos a reunião de um Congresso de Plenipotenciários no Istmo do Panamá, “o qual agiria como um Conselho em grandes conflitos, a que se apelaria em caso de perigo comum”. Infelizmente, o Congresso convocado por Bolívar, e só realizado em 1826, não alcançou os objetivos sonhados pelo Libertador.

O Presidente Monroe, em 1823, em documentos esparsos, deu conteúdo ao que passou a ser chamado de Doutrina Monroe. Entre as peças que deram expressão a essa Doutrina destaca-se a séguente declaração:

“Declaramos que consideramos qualquer tentativa dessas potências (referindo-se às nações da Santa Aliança), em estender o seu sistema a qualquer porção desse Hemisfério, como perigosa à nossa paz e segurança.” (Mensagem do Congresso, Dez 1823).

Por ocasião da aproximação da crise bélica de 1939/1945 e durante o seu desencadeamento, cresceu progressivamente a consciência do perigo e, portanto, da necessidade de estruturar um sistema de Segurança coletiva no Continente.

Várias conferências e reuniões diplomáticas, então, tiveram lugar em Buenos Aires (1936), Lima (1938), Panamá (1939), Havana (1940)

e Rio de Janeiro (1942), representando tôdas uma crescente responsabilidade assumida pelas nações americanas na defesa coletiva. O Brasil levou sua solidariedade aos acôrdos firmados às últimas conseqüências, declarando guerra à Alemanha e Itália; mobilizou suas forças militares enviando uma expedição aos campos de batalha da Europa, composta de unidades do Exército e da Fôrça Aérea e integrando sua Marinha de Guerra em missões de patrulhamento e escolta no Atlântico Sul.

Após a derrota das fôrças do Eixo, trataram as nações americanas de consolidar o seu sistema de segurança regional, entrosando-o com a organização internacional nascente (ONU). Nesse propósito, foi convocada a Conferência do Rio de Janeiro (Quitandinha, 1947), quando se concluiu um tratado regional de segurança coletiva, enquadrado no disposto no artigo 51 da Carta de São Francisco. Esse Tratado de Assistência Recíproca é considerado o documento-compromisso mais importante, nas relações das nações americanas, até então firmado.

## 2 — Criação, Missão e Composição da FIP

### 2.1 — Concretização do princípio de Segurança Coletiva

O conflito dominicano, explodido a 22 de abril de 1965, apresentou características graves de sério perigo para a manutenção da paz e segurança continental (art. 6º do Tratado de Assistência Recíproca, Rio de Janeiro, 1947). Após vários dias de confusão, no meio da qual o Presidente Reid Cabral abandonou o pôsto e asilou-se numa Embaixada, instalou-se na capital dominicana um govêrno esquerdista, com apoio amplo dos grupos comunistas locais de linha russa, chinesa e fidelista. Uma verdadeira situação de pânico da população e do corpo diplomático, diante dos desatinos praticados por grupos civis armados, levou o Chefe da Junta Militar instalada na Base de San Isidro, a 20 km da Capital, a dirigir uma carta ao Embaixador dos Estados Unidos, confessando-se incapaz de manter a ordem, a vida, a propriedade na Capital, e solicitando o auxílio dos Estados Unidos para êsses fins.

Diante da gravidade da situação o govêrno dos Estados Unidos resolveu intervir imediatamente (28 de abril de 1965) e invocar o Tratado de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro (1947), pedindo uma intervenção coletiva da OEA.

Foi imediatamente convocada a 10ª Reunião de Consultas dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que aprovou uma Resolução (6 de maio de 1965) por maioria de dois terços, da qual se destaca o seguinte:

1. Solicitar aos govêrnos e aos Estados membros que desejem e estejam em condições de fazê-lo, que ponham à disposição da OEA, dentro de suas possibilidades e na medida que puderem, contingentes terrestres, navais, aéreos, ou da polícia, com o fim de formar com êles uma fôrça interamericana, que funcionará sob a autoridade desta 10ª Reunião de Consultas.

2. Esta fôrça terá como único fim, dentro de um espírito de imparcialidade democrática, colaborar na restauração da normalidade na República Dominicana, na garantia da segurança de seus habitantes, na inviolabilidade dos direitos humanos e no estabelecimento de um clima de paz e conciliação que permita o funcionamento das instituições democráticas na dita República.
3. Solicitar aos Comandantes dos contingentes militares que integram esta fôrça que tomem, diretamente entre êles e com uma comissão representativa desta Reunião, as medidas de caráter técnico necessárias para estabelecer um Comando Unificado da OEA para uma ação coordenada e eficaz da Fôrça Armada Interamericana. Na composição desta Fôrça se procurará que os contingentes nacionais sejam progressivamente paritários”.

A 23 de maio, na Secretaria-Geral da OEA, funcionando no Hotel Embajador, na cidade de São Domingos, foi firmada a Ata criando a Fôrça Interamericana.

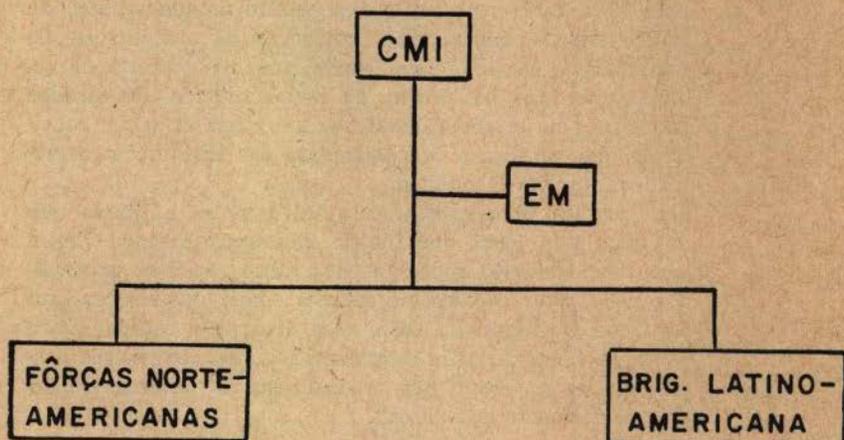
Destá Ata consta:

- “1. Estabelece-se a Fôrça Interamericana como fôrça da OEA.
2. A Fôrça Interamericana consistirá no Comando Unificado e nos Contingentes nacionais dos Estados membros que esta assinem.
3. O Comando Unificado consistirá no Comandante em Chefe da Fôrça Interamericana, o Subcomandante e o Estado-Maior.
4. O Comandante em Chefe da Fôrça Interamericana exercerá o contrôle tático de todos os elementos da Fôrça e zelará para que a Fôrça cumpra as funções que lhe atribua a OEA e terá a seu cargo o desligamento e a incorporação das unidades que integram a Fôrça.
5. Os membros da Fôrça continuarão pertencendo às Fôrças Armadas e Policiais de seus respectivos países. Não obstante, durante o período em que estejam incorporados à Fôrça, prestarão serviços sob a autoridade da OEA e estarão sujeitos às instruções do Comandante em Chefe e de seus subordinados, pela via hierárquica.

Com exceção do contrôle tático, os comandantes dos contingentes nacionais conservarão o comando de suas respectivas unidades...” (seguem-se outros artigos).

## 2.2 — Composição da FIP

Após uma 1ª fase de ajustamentos, muito natural numa fôrça interamericana formada improvisadamente, sem que para isto houvesse um planejamento anterior, a FIP chegou à seguinte estrutura básica, que perdurou até a sua desativação em setembro de 1966:



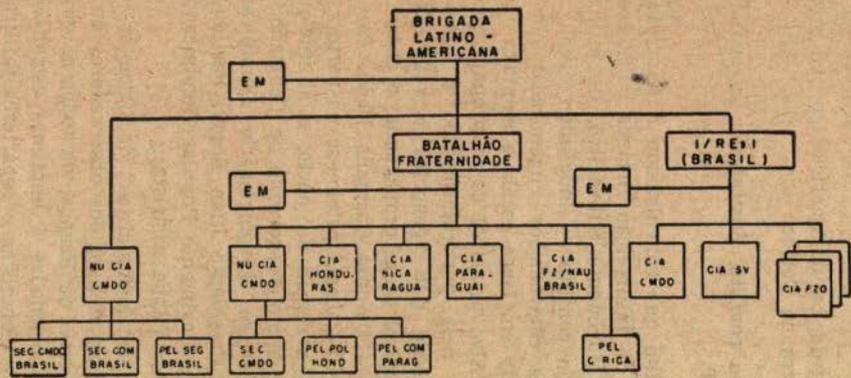
Comandaram a FIP, sucessivamente, dois generais brasileiros: Gen Ex Hugo Panasco Alvim e o Gen Div Álvaro Alves da Silva Braga. As funções de Subcomandante foram exercidas por um oficial general norte-americano, sucessivamente o Ten Gen Bruce Palmer e o Gen Bda Robert Linvill, oficiais êstes que, cumulativamente, comandavam as Fôrças Norte-Americanas.

O Estado-Maior da FIP era de organização mista, estando nêle representados, nas funções de chefia e adjuntos, oficiais das seis nacionalidades integrantes da Fôrça de Paz — Brasil, Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Nicarágua e Paraguai.

A tropa da FIP variou em efetivo no decorrer do conflito. Numa 1ª fase, os norte-americanos chegaram a ter cêrca de 30.000 homens na República Dominicana. Deslocaram para ali um Comando de Corpo de Exército, o XVIII, conhecido anteriormente por STRAC (Strategic Army Corp) e um Comando Logístico, ambos sediados na área do Fort Bragg, além de uma Divisão Aeroterrestre (82ª Airborne Division) e uma Brigada de Fuzileiros Navais (6ª Marines Brigade). Lançaram, assim, sôbre a agitada República, uma estrutura de comando e de logística apta a um desdobramento mais amplo, em caso de necessidade.

Com a limitação do conflito e sua confinação a uma área restrita do centro da capital, os norte-americanos reduziram os seus efetivos para cêrca de 12.000 homens, a partir de setembro de 1965, baixando o nível de seu comando de Ten Gen para Gen Bda e os seus efetivos a uma Brigada (da 82ª Airborne Division) e um Grupo de Apoio Logístico, além de algumas tropas de apoio de Comando (Btl Polícia Militar, Btl Comunicações, Cia de Comando, etc.).

A tropa latino-americana foi grupada numa Brigada com a seguinte composição:



ORGANIZAÇÃO DA BRIGADA LATINO-AMERICANA

Os efetivos por nação latino-americana foram os seguintes:

Brasil .....	1 200 homens
Honduras .....	250 "
Paraguai .....	200 "
Nicarágua .....	170 "
Costa Rica .....	30 "
<b>Total .....</b>	<b>1 850 homens</b>

O efetivo da Brigada Latino-Americana pouco oscilou durante toda a permanência da Fôrça no Caribe.

### 3 — Características do conflito dominicano e suas repercussões nas operações da FIP

A forma de conflito que convulsionou a República Dominicana enquadra-se no modelo de Insurreição Armada conceituado pela ESG, na sua versão típica de Movimento Subversivo, de inspiração Marxista-Leninista. O ambiente do conflito — indefinido, fluido e confuso — era uma consequência das contradições engendradas por uma propaganda psicológica desenvolvida em larga escala e montada à base de técnica e dialética persuasivas. Alvo principal dessa propaganda — a Fôrça Interamericana de Paz e, nela, particularmente, "o ianque agressor". Alvo secundário — o governo dito "genocida e vende-pátria" do General Imbert Barreras. A central dessa propaganda, o chamado Governo Constitucional chefiado pelo Coronel Caamaño Deñó. Esse governo, após a fuga do Presidente Reid Cabral, instalou-se na parte central e comercial da Capital, abarcando a região do pôrto, e aí iniciou a sua pregação subversiva. A base de apoio do governo de Caamaño eram, no país, os seguintes partidos: Partido Revolucionário Dominicano, de esquerda, tendo por Chefe o ex-Presidente Juan Bosch; Partido Comunista Dominicano (linha soviética); Movimento Popular Dominicano (linha chinesa); Agrupacion 14 de Junio (linha castrista).

Do exterior os "constitucionalistas" de Caamaño contaram com o apoio não ostensivo, mas efetivo, dos observadores da ONU enviados a São Domingos; do governo da França; de todos os governos comunistas do mundo; de várias sociedades e imprensa estrangeiras de tendência esquerdista, além da de colunistas e repórteres infiltrados em quase todos os grandes jornais de New York e Paris.

Alguns militares da ativa davam o enquadramento militar aos civis que foram armados e organizados em comandos (guerrilhas). Procurou o governo do Coronel Caamaño, logo após sua instalação, e dentro de conhecida técnica de Guerra Revolucionária, criar uma "zona liberada", na área central da capital, conhecida por Ciudad Nueva, aí impondo a sua lei e buscando o reconhecimento de governos estrangeiros.

As fôrças de guerrilhas que organizou eram de efetivo variável; dispunha o governo de Caamaño cêrca de 6.000 armas de guerra, distribuí-

das, em parte, pelos oficiais do Exército que aderiram ao seu govêrno, outras retiradas do Arsenal de Marinha situado na região portuária e outras, ainda, recolhidas dos quartéis de polícia assaltados pelos guerrilheiros nos primeiros dias da insurreição. O maior efetivo mobilizado por Caamaño deve ter alcançado igualmente a casa dos 6.000, sendo 500 militares das forças regulares e o restante civis, principalmente trabalhadores e estudantes, predominando os jovens entre 15 e 18 anos.

Ao longo de todo o perímetro de Ciudad Nueva foi estabelecido um sistema defensivo aproveitando as edificações existentes. As ruas eram bloqueadas por valas profundas, rêdes de arame farpado, abatises, veículos inutilizados e obstáculos improvisados. Algumas ruas continuaram abertas ao tráfego e defendidas lateralmente. As armas de defesa eram colocadas, ou atrás de espaldões de sacos de areia instalados nas ruas e praças, ou em posições no interior dos edifícios e reforçadas por sacos de areia de proteção.

Os aspectos sui generis desse tipo de conflito é que, durante toda a fase de ocupação de Ciudad Nueva pelos caamañistas, foram mantidas abertas, pelo menos, três ruas, onde se instalaram "check points" que asseguraram a intercomunicação entre as duas áreas por civis desarmados e veículos que eram completamente revistados. Esses pontos de controle foram operados pela FIP. Cerca de 5 000 veículos e 50 000 pessoas cruzavam os "check points", diariamente.

Em contraposição ao govêrno esquerdista de Caamaño, instalou-se, no começo timidamente, uma Junta Militar na Base Aérea de San Isidro, chefiada pelo Coronel Benoit. Essa Junta evoluiu para um govêrno de fato, chefiado pelo General Imbert Barreras (Govêrno de Reconstrução Nacional) e que conseguiu, depois do desembarque dos norte-americanos, restabelecer a ordem na Capital, com exceção de Ciudad Nueva, e manter o controle sobre todo o restante do país. Aderiram ao govêrno de Imbert Barreras todos os elementos anticomunistas, desde o centro até a extrema direita. A extrema direita dominicana era liderada pelo Gen Wessin y Wessin, de tendência trujilista e que por vezes esteve em desacôrdo com o General Imbert Barreras, agindo por conta própria e utilizando, para isto, em ações militares ou em ações terroristas, a tropa sob o seu comando, conhecida pela sigla CEFA (Centro de Entrenamiento de las Fuerzas Armadas). Ações isoladas e muitas vezes clandestinas dos partidários do Gen Wessin y Wessin, criaram tremenda confusão no âmbito do já confuso conflito. É interessante lembrar aqui que há na República Dominicana uma extrema direita que disputa com a extrema esquerda, e algumas vezes com êxito, um verdadeiro "campeonato de terrorismo". A consequência disso é que não há ali a "esquerda festiva", pois quem fôr relacionado como esquerdista entra na lista das represálias violentas que se sucedem como se fôssem programadas.

A OEA através da Comissão Ad Hoc, composta dos Embaixadores Pena Marinho, do Brasil, Ellsworth Bunker, dos Estados Unidos, e Clairmont Dueñas, do Salvador, atuou decisivamente desde o início do con-

flito, buscando num primeiro tempo, dois objetivos principais: alcançar uma trégua entre os grupos combatentes e negociar a instalação de um governo provisório. O instrumento militar de apoio à ação política da Comissão Ad Hoc foi a FIP.

A fim de reduzir a extensão do conflito e assegurar uma trégua de fogo, a FIP foi empregada para isolar Ciudad Nueva, missão que, inicialmente, os norte-americanos vinham desempenhando sôzinhos. A operação de isolamento consistiu em barrar, com obstáculos e armas, tôdas as vias de acesso à Ciudad Nueva, com exceção dos três "check points", onde, como já dissemos, eram revistados tôdas as pessoas e veículos, a fim de evitar o intercâmbio de armas, munições e explosivos.

Os norte-americanos, tão logo desembarcaram, criaram uma Zona Internacional de Segurança a leste de Ciudad Nueva. Mais tarde estabeleceram um Corredor de Segurança, ao norte de Ciudad Nueva a fim de garantir as comunicações entre suas tropas. Ao chegarem os contingentes latino-americanos e ao ser organizada a FIP, um mês após, foram mantidos essa Zona e Corredor, que tinham ao mesmo tempo o mérito de isolar as tropas de Caamaño das de Imbert, diminuindo a tensão do conflito. Mesmo assim, vários choques entre ambas as facções não puderam ser evitados, calculando em 10.000 o número de dominicanos mortos e feridos, em virtude dos combates e atentados terroristas perpetrados. As acusações recíprocas de atrocidades mantiveram em permanente atividade, no país, a Comissão de Direitos Humanos da OEA, na qual o Brasil estava representado pelo Dr. Carlos Dunshee de Abranches.

Em face das posições de isolamento de Ciudad Nueva tomadas pelas forças da FIP, dispositivo que se manteve nos meses de maio a outubro de 1965, eram comuns as provocações de parte dos Comandos de guerrilheiros do Coronel Caamaño, resultando no desencadeamento de nutrido fogo entre tropas colocadas em confronto, muitas vezes numa mesma rua, ocupando lados opostos. Dêsses choques armados resultaram vários mortos e feridos nas fileiras da FIP; norte-americanos tiveram mais de 40 mortos e uma centena de feridos e nós brasileiros, 8 feridos 4 mortos por acidente com armas.

As forças do governo de Imbert, embora mais afastadas das posições de combate, ocupadas pela FIP, o que evitava um contato estreito e explosivo, também por várias vezes ameaçaram romper através da Zona Internacional de Segurança, ocupada pelas forças da OEA, e invadir a Ciudad Nueva, atacando os rebeldes. Nesse ambiente confuso, dominado pela propaganda desencadeada segundo a melhor técnica subversiva, em que dois grupos nacionais estavam em luta aberta e um terceiro atuava meio clandestinamente, a FIP cumpriu galhardamente a sua missão de paz. Possibilitou a FIP, através de uma atitude irrepreensível como tropa de paz — mantendo firmeza e equidistância, respeitando a população civil e impondo-se o respeito da mesma —, a ação política plena de sucesso da Comissão Ad Hoc que, no final de quatro meses, conse-

guiu dar posse a um govêrno provisório chefiado pelo Dr. Hector García Godoy, aceito por todos os grupos e "governos" em luta, e fazer aprovar pelos mesmos um Ato Institucional que disciplinaria os atos dêsse govêrno. A OEA alcançou, com êxito, apoiar êsse govêrno provisório por 10 meses, econômica e militarmente, a fim de que o mesmo se consolidasse e preparasse o país para eleições livres e escoreitais; garantiu a correção e a legitimidade das eleições de 1º de julho de 1966, assistidas por representantes de todos os países americanos; assegurou a posse, a 1º de julho de 1966, ao Presidente democráticamente eleito, Dr. Joaquim Balaguer; garantiu, por dois meses, o início da consolidação do Presidente Balaguer e, a partir de agosto de 1966, iniciou a retirada de tôdas as suas fôrças da República Dominicana, retirada essa concluída a 19 de setembro do mesmo ano.

Cumpra destacar que a ação política, diplomática e militar da OEA na República Dominicana foi coroada de excepcional êxito, pois, em 16 meses, pacificou o país, restaurando-lhe a democracia, e retirou-se deixando o seu destino entregue ao seu govêrno. Não será demais destacar-se que se tratou da primeira experiência de intervenção coletiva da OEA, enquanto a ONU, na sua longa experiência (Suez, Chipre, Congo) não tem sido tão feliz em operações da mesma natureza, onde os conflitos têm-se prolongado indefinidamente ou a Fôrça de Paz se retira sem lograr o seu objetivo fundamental de deixar a região pacificada.

A retirada da FIP, espontâneamente, quando sentiu a sua missão cumprida, contrariando a interêsses manifestos de importantes setores de opinião dominicana que consideravam sua saída prematura, (sôbre o assunto vale recordar que o jornal independente "El Caribe", procedendo a uma pesquisa de opinião pública em julho de 1966, quando já havia sido estabelecida, pela 10ª Reunião de Consultas, a evacuação da FIP no prazo máximo de 90 dias, chegou à surpreendente conclusão de que 70% dos entrevistados consideraram ser ainda muito cedo para a fôrça de paz se retirar do país). Essa conclusão valeu como uma resposta à intensa propaganda contra a FIP movida pelo comunismo internacional, na República Dominicana e no exterior, e confirmou a maneira irrepreensível com que a FIP cumpriu a sua missão de paz, sem ferir os direitos de autodeterminação e de soberania da nação envolvida por conflito de tamanha magnitude. Mas a conduta da tropa da FIP foi um reflexo do comportamento individual de seus componentes, entre os quais se destaca a tropa brasileira pela maneira correta como que soube cumprir a sua missão de paz. A respeito do comportamento de nossa tropa, assim se dirige o CMT da FAIBRAS aos seus soldados, por ocasião da cerimônia de sua desativação, que teve lugar junto ao Monumento dos Mortos da 2ª Guerra Mundial, ao concluir-se o seu regresso ao nosso País, a 30 de setembro do ano passado:

"Chegou o momento de vos dizer de meu justificado orgulho por vos ter comandado. Destes um exemplo edificante de como deve-se comportar uma Fôrça de Paz destacada em país irmão

e amigo. Perante os Exércitos dos Estados Unidos, Paraguai, Nicarágua, Honduras e Costa Rica, nossos companheiros nessa jornada, deixastes bem patente o padrão de disciplina, de organização e de eficiência militar de nossas Forças Armadas. Diante do sofrido povo dominicano, envolvido num conflito longo e sangrento, soubestes representar, de maneira impecável, a dignidade, o valor e os sentimentos cristãos e fraternos do soldado brasileiro. Nunca vos faltou coragem nos momentos em que fostes arrastados à violência dos combates; nunca vos faltou a necessária serenidade e o devido zêlo pela segurança da população civil e pela preservação de preciosas vidas dominicanas; nunca vacilastes, um só instante, ante a iminência de pagar o tributo de vosso sangue, para que a missão de paz da OEA e da FIP fôsse cumprida. Fôstes bravura, calma e generosidade. Fôstes um exemplo extraordinário de Soldado de Paz. Dignificastes, no Caribe longínquo, o Exército Brasileiro e o Corpo de Fuzileiros Navais de nossa Marinha de Guerra."

#### 4 — Contribuição do Brasil

No campo político-diplomático, a posição do Brasil no conflito dominicano foi de excepcional relêvo, pois, além da atuação decisiva de nossa diplomacia no seio dos organismos da OEA, um dos três membros da Comissão "Ad Hoc" estabelecida pela 10ª Reunião de Consultas para executar a sua política naquela República do Caribe, o Embaixador Ilmar Pena Marinho, a partir do início de 1966, quando foi eleito Presidente do Conselho da OEA, passou a usufruir de uma situação hierárquica privilegiada no seio da referida Comissão.

No campo militar, além de indicar os dois comandantes da FIP, sucessivamente o Gen Ex Hugo Panasco Alvim e então Gen Div Alvaro Alves da Silva Braga, e vários oficiais de seu Estado-Maior, o nosso País, através do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz (FAIBRAS), ofereceu valiosa e inestimável contribuição à OEA, cujos aspectos mais marcantes são os seguintes:

- a FAIBRAS, com seus 1 200 homens constituiu o segundo contingente, e efetivo, da FIP, suplantado apenas pelos norte-americanos;
- desde sua chegada, a FAIBRAS constituiu-se na coluna vertebral da Brigada Latino-Americana, dando-lhe o Comandante, o Chefe de Estado-Maior e a maioria dos oficiais de seu Estado-Maior.
- deu enquadramento ao Batalhão Fraternidade, fornecendo-lhe o primeiro comandante, a maioria dos oficiais de seu Estado-Maior e elementos de apoio de comando e de serviços;
- viveu intensamente tôdas as fases do conflito dominicano, desde os seus primórdios;

- participou de tôdas as ações da FIP, desde a sua criação;
- teve oito feridos em ação e quatro mortos por acidente com armas, e resistiu ao combate da luta da conquista da mente de nossos combatentes, movida por incansável campanha psicológica desenvolvida dentro de técnica de propaganda aprimorada pelo Comunismo Internacional.

A par dessa atuação, a FAIBRÁS trouxe, para as nossas Fôrças Armadas, um extraordinário acervo de experiência sôbre a atuação de uma Fôrça de Paz, em ambiente conflagrado pela violência e pelas condições de uma Insurreição Armada no mais aperfeiçoado estilo revolucionário de índole comunista.

## 5 — Conclusões

Podemos afirmar, sem nenhum receio de errar, que a primeira experiência da OEA, pondo em funcionamento o seu sistema de segurança coletiva, a fim de resolver um sério conflito de graves implicações internacionais, dentro do espírito e da letra do Tratado de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro de 1947, foi coroada de pleno êxito.

No prazo curto de 16 meses, a FIP estabeleceu a plenitude da paz e da tranqüilidade da República Dominicana, retirou-se correta e dignamente do país, deixando a Nação pacificada, depois de assegurar ao seu povo, através de eleições exemplarmente livres acompanhadas por observadores de todos os países americanos, o exercício de seu direito de autodeterminação, escolhendo em ambiente isento de pressões, ameaças, terrorismos e guerrilhas aquêlo a quem queria entregar o govêrno da República.

O Destacamento Brasileiro da Fôrça Interamericana da Paz (FAIBRAS) integrou a FIP desde o seu primeiro dia de formação ao último de sua desativação. Nosso contingente de 1 200 homens foi revezado três vêzes, de seis em seis meses. Mais de 3.000 militares brasileiros, do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais, viveram a experiência dominicana, além de inúmeros componentes da FAB e do Corpo da Armada que ali estiveram em missão temporária de apoio de transportes.

O nosso homem revelou excepcionais qualidades para o cumprimento da Missão de Paz em país amigo e fraterno. Nossa tropa foi exemplar na disciplina, na eficiência militar e na capacidade de operar em circunstâncias delicadas e em contato permanente com a população civil. O soldado brasileiro revelou consciência da espinhosa e nobre missão a que foi chamado a desempenhar — deu provas de serenidade, paciência e firmeza. Nunca se excedeu e fêz uso de suas armas estritamente para se defender. Deixou em terra dominicana o seu tributo de sangue à causa de pacificação do país.

Nossas Fôrças Armadas, coordenada pelo EMFA (através da Comissão Especial FAIBRÁS, verdadeiro Estado-Maior de Zona do Inte-

rior, sob a chefia dinâmica do General Reynaldo Melo de Almeida), prestaram inestimável apoio à FAIBRÁS, particularmente em operações de transportes e de suprimento. A FAB, além de manter uma linha semanal Rio—São Domingos, realizou quatro operações gerais de transporte, empenhando os 1º e 2º Grupos de Transporte. A Marinha de Guerra, por meio da Fôrça de Transportes da Marinha, igualmente cumpriu missões de apoio logístico à FAIBRÁS empenhando os seus navios “Custódio de Mello”, “Soares Dutra” e “Ary Parreiras”.

Assim, através da ação combinada das três Fôrças, coordenadas pelo EMFA, foi assegurado o apoio logístico permanente a uma expedição militar destacada à distância de cêrca de 6 000 km de suas bases numa operação que, por sua alongada linha de comunicações e sua complexidade, poderá ser considerada do tipo intercontinental.

O convívio permanente de nossa tropa com as Fôrças Armadas dos cinco países integrantes da FIP — Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Nicarágua e Paraguai — representou um admirável campo de observação e de aprendizagem para os nossos quadros de comando e nossa tropa.

A FIP e a FAIBRÁS deixaram a República Dominicana em setembro do ano passado, com a consciência do dever bem cumprido, pela causa da paz e da democracia no nosso Continente. Todos os pontos da *Finalidade da FIP*, contidos na Resolução de 6 de Maio de 1965, da 10ª Reunião de Consultas dos Ministros de Relações Exteriores da OEA — restabelecer a ordem, restaurar a paz e implantar a democracia —, foram galhardamente atingidos, e a FAIBRÁS participou entusiástica e valorosamente no seu cumprimento.



MONTEPIO  
*da Família Militar*

AGÊNCIA GUANABARA  
AV. RIO BRANCO, 52A — ESQ. PRESIDENTE VARGAS  
FONES 43.34.37 E 43.40.20  
SEDE EM PORTO ALEGRE. ANDRADAS, 1258